

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****4ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1005041-23.2016.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Cartão de Crédito**  
 Requerente: **Banco Bradesco Cartões S.A.**  
 Requerido: **Auto Posto Riviera de São Carlos Ltda Me**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Alex Ricardo dos Santos Tavares**

O autor Bradesco Cartões S/A propôs a presente ação contra o réu Auto Posto Riviera de São Carlos Ltda-ME, requerendo a condenação deste no pagamento da quantia de R\$ 77.694,73, decorrente de um contrato de cartão de crédito.

O réu foi citado via AR (folhas 52), não oferecendo resposta (folhas 53), tornando-se revel.

Relatei. Decido.

Passo ao julgamento antecipado da lide na forma do artigo 355, II, do Código de Processo Civil.

Trata-se de ação de cobrança por meio da qual o autor pretende a condenação do réu no pagamento da quantia de R\$ 77.694,73, decorrente de um contrato de cartão de crédito, não tendo o réu adimplido com o pagamento das faturas.

O réu foi citado via AR (**confira folhas 52**), não tendo oferecido resposta, tornando-se revel.

Segundo a regra do artigo 344 do Código de Processo Civil, *se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor.*

Assim sendo, de rigor a procedência do pedido, pois não há como exigir a produção de prova negativa por parte do autor, de que não recebeu os pagamentos relacionados as faturas perseguidas por meio desta ação.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Diante do exposto, acolho o pedido, resolvendo o mérito nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil, para o fim de condenar o réu no pagamento em favor do autor, da quantia de R\$ 77.694,73, devidamente atualizada e acrescida de juros de mora a partir da distribuição. Sucumbente, condeno o réu no pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, esses fixados em 10% do valor da condenação, ante a ausência de complexidade.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

P.R.I.C.

São Carlos, 21 de julho de 2016.

**Juiz Alex Ricardo dos Santos Tavares**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**